

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA NO DIA 15 DE JULHO DE 2015 -----**

----- Aos quinze dias do mês de Julho de dois mil e quinze, no auditório dos Paços do Município de Alpiarça, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Alpiarça cuja Mesa foi composta pelo seu presidente: Fernando Rodrigues Louro e pelos 1.º e 2.º secretários, respetivamente: Júlio Manuel Fernandes Pratas e António Júlio Lopes Pereira eleitos pela CDU-(PCP/PEV). -----

----- Para além dos membros da Mesa, compareceram nesta assembleia os seguintes deputados municipais: Marco António Heleno Domingos da Silva, João Pedro Antunes Osório, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, Miguel Ângelo Félix Miranda, Liliana dos Santos Carapinha, e Ana Paula Damas Rodrigues d'Almeida, eleitos pela CDU-(PCP/PEV), Fernando Manuel Pereira Neves Ramalho, Luís Miguel Sá Pereira e Vera Cristina Ramalho Capitão Ramiro, eleitos pelo Partido Socialista (PS), Mário Raul Santiago do Céu, Maria Gabriela Saturnino Pinhão da Silva Coutinho e Paulo Duarte Sardinheiro, eleitos pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). Estiveram ainda presentes: o presidente da câmara, Mário Fernando Atracado Pereira, bem como os vereadores João Pedro Costa Arraiolos eleito pela CDU-(PCP/PEV), Pedro Miguel Santiago Brás Gaspar, eleito pelo Partido Socialista (PS) e Francisco José Saturnino Cunha eleito pelo Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **A Ordem de Trabalhos** proposta na convocatória foi a seguinte: -----

----- **Ponto 1** - Apreciação da evolução da situação económico-financeira do Município de Alpiarça. -----

-----**Ponto 2** - Apreciação da evolução da situação económico-financeira da Agroalpiarça CIPRL. -----

-----**Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em btn (baixa tensão normal), bte (baixa tensão especial) e mt (média tensão). -----

-----**Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de combustíveis rodoviários e lubrificantes. -----

-----O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início à sessão eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por cumprimentar todos os presentes.-----

----- **1.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao senhor munícipe Eduardo Costa que se inscreveu para falar sobre a Barragem dos Patudos. O munícipe afirmou que tinha sido colocada na sua caixa de correio uma informação oriunda da câmara de Alpiarça, sobre a Barragem dos Patudos. Considerou que a informação não alerta para os reais perigos que as águas da barragem encerram, a informação fala que o Executivo anda a tentar resolver o problema há dois anos, que está a preparar uma candidatura a fundos comunitários, que está a fazer a oxigenação das águas com a injeção de água fresca proveniente de um furo, que faz a limpeza das margens, que vai retirando os peixes mortos e que promove atividades lúdicas como forma de oxigenar superficialmente as águas. Sublinhou que a informação nada diz sobre o perigo para a população que constituem as bactérias, as cianobactérias, as neurotoxinas e as hepatoxinas que infestam aquelas águas. Exortou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, enquanto representante máximo da Assembleia Municipal, que é o órgão fiscalizador do Executivo municipal, a ser ele a tomar em mãos a responsabilidade de informar dos perigos que corre quem inadvertidamente ingerir água da barragem ou manipular sem proteção adequada os peixes da sua fauna. Exortou ainda os restantes membros do executivo a fazerem-no, já que o Sr. Presidente da Câmara não o quer fazer, presumindo que por falta de coragem política. Exortou o Presidente da Câmara a de uma vez por todas falar a verdade e não se limitar apenas a dizer meias-verdades, omitindo os reais problemas da Barragem. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e em resposta à intervenção do munícipe, disse que não responde a qualquer pergunta e feita de qualquer forma. Disse que o senhor munícipe está a dirigir-se a um órgão autárquico que tem muita dignidade e não admite que o munícipe se dirija ao mesmo da forma que o fez, sobretudo para colocar um conjunto de questões, que já colocou por diversas vezes e para as quais já obteve resposta, incluindo na última reunião de câmara. Adiantou ainda que a população está devidamente informada do que se está a passar na Barragem, que foi uma situação que se tem vindo a agravar ao longo dos

2/13

anos e para a qual o Executivo tem tomado um conjunto de medidas de modo a obviar a que a situação se agrave ainda mais. Disse que não pode admitir é que um conjunto de pessoas que não gostam de Alpiarça tudo faça para destruir um património turístico, denegrindo a imagem do Concelho de Alpiarça no exterior. -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **Ponto 1** - Apreciação da evolução da situação económico-financeira do Município de Alpiarça. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez o enquadramento deste ponto, afirmando que com a prossecução do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro, aprovado em Abril de 2011, face a uma situação de desequilíbrio estrutural das contas registadas desde 2008/2009, o endividamento municipal baixou cerca de 3 milhões de euros. Mais disse que ao longo destes anos de abaixamento da dívida, a par com gravosos cortes na receita provocados por medidas dos dois últimos governos nas transferências para os municípios a partir dos Orçamentos de Estado, foi possível: continuar a garantir os níveis de funcionamento e da prestação de serviços aos munícipes; diminuir os impostos municipais (taxa mínima de IMI - são cerca de 400 mil euros anuais que os alpiarcenses não têm de pagar); aumentar o apoio financeiro/subsídios e logístico aos clubes, coletividades e associações culturais e desportivas do concelho; aumentar as prestações sociais às crianças (ASE), aos idosos e as bolsas de estudo aos alunos do ensino superior; investir cerca de 4 milhões de euros em projetos comparticipados pelo QREN, como sejam a construção do novo Centro Escolar, as 1.ª e 2.ª fases do empreendimento de requalificação global da Casa dos Patudos, o novo telheiro da Escola EB2,3/S, o alcatroamento da Rua Norton de Matos (Frade de Cima) e da Estrada de Vale Peixe (Frade de Baixo) ou a nova Praça do Município, entre outras variadas intervenções por administração direta. Disse ainda que este PSF prevê um percurso de recuperação das finanças do Município de Alpiarça, de forma a garantir a sua sustentabilidade, ao longo dos próximos anos, que requer rigor e sentido de responsabilidade na gestão municipal. -

----- O Sr. Vereador João Arraiolos passou depois a fazer uma apresentação projetada em tela, de vários gráficos, como suporte dos números divulgados pelo O Sr. Presidente da Câmara e com uma explicação pormenorizada do ativo e passivo do município, bem como da evolução de toda a situação financeira. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago passou a fazer também uma apresentação projetada em tela, de vários gráficos, como forma de sustentar a visão da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT), da evolução da situação económico-financeira do município de Alpiarça, informando que os gráficos são baseados em dados recolhidos no portal do Município, no portal da DGAL e em várias publicações, frisando que sobre o passivo iria apresentar os mesmos números que já havia referido na última assembleia municipal, que apontavam para um passivo acima dos 20 milhões de euros. Estabeleceu uma comparação da dívida em bruto desde 2007, ainda com a gestão do PS, para cá, sublinhando que o maior valor da dívida foi atingido na gestão CDU com mais de 13 milhões de euros. Quanto à dívida de curto prazo, opinou que a mesma se reduziu a partir do PSF, mas que agora está a aumentar e que se está a usar o dinheiro que devia ser para pagar a fornecedores para amortizar dívida à banca, correndo-se o risco de ultrapassar as previsões definidas no PSF, para daqui a dois anos. Neste momento o O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por concluída a intervenção deste deputado dando a palavra ao seguinte. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho desvalorizou o trabalho feito pela CDU na gestão do município, alegando que todas as câmaras deste país estão a fazer o mesmo, ou seja a gerir a dívida, porque no geral todas as câmaras, as empresas e particulares se endividaram, porque o crédito era fácil, assim como era fácil recorrer à ajuda de fundos comunitários, porque havia muito onde investir. Frisou que uma coisa é gerir a dívida outra coisa é deprimir o concelho, que é, o que em sua opinião, acontece em Alpiarça. ---

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira disse que muito se fala na dívida que a CDU está a pagar herdada do PS em 2009, mas nunca se fala que quando o PS chegou ao poder em 1997, também havia dívida e que a dívida que o PS deixou foi na sua grande maioria uma dívida de investimento, uma dívida planeada, que há-de ser paga. Por outro lado disse admirar-se, e que era bom que fosse explicado, como é que uma câmara que não consegue gerar receita, consegue ir reduzindo dívida, e neste momento em seis anos de mandato a CDU já reduziu 3 milhões à dívida, o que faz crer que se tudo correr como o esperado no final do mandato terá abatido 4 milhões à dívida. Também perguntou se era verdade o que foi aqui dito, que as dívidas a curto prazo estavam a aumentar e se as verbas que deveriam estar a ser usadas para pagar a fornecedores, estão a ser usadas para amortizar dívidas de médio prazo. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Osório disse que mesmo correndo o risco de ser criticado por se pronunciar sobre o que foi dito por um deputado anterior, sublinhou que estava indignado pelo facto de uma pessoa que esteve ligada ao apuramento da dívida desta câmara municipal a 31-12-2009, que esteve ligado à génese do PSF, que conhece todo este processo profundamente, sabe que antes de se optar pelo PSF, veio um documento a esta Assembleia Municipal, sobre a melhor maneira de recuperar a situação económico-financeira do município, no qual se informava claramente que a dívida apurada era de 13.323.010 euros. Nessa dívida haviam faturas dentro das gavetas por lançar, no valor de 381.000 euros, dívidas à ADSE de 565.000 euros, dívidas à Planotejo, à Somague e à Quinagre e a outros que somavam 1.856.000 euros. Adiantou ainda que esse deputado sabe perfeitamente que esta dívida estava escondida, e que não constava sequer dos Relatórios e Contas de Gerência do PS, nem contava para limites ao endividamento, daí a sua indignação por esse deputado ter a desfaçatez de vir aqui publicamente divulgar falsidades e comparar o incomparável. -----

----- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro usou da palavra para se congratular com o trabalho que tem sido devolvido pelo Executivo no sentido de recuperar as finanças desta câmara municipal. Lembrou que em 2008 a câmara de Alpiarça tinha um dos piores índices de execução orçamental do país, que tinha um dos maiores índices de endividamento do país e que tinha também um dos maiores índices de dívidas a fornecedores. O deputado disse referir-se a 2008, porque é bom não esquecer que já nessa altura o município de Alpiarça tinha excedido os limites do endividamento e tinha sido penalizado em cerca de 500.000 euros. Em 2009 as coisas pioraram mais um pouco e é bom que as pessoas se recordem, que quando a CDU regressou ao poder autárquico, ninguém fiava à câmara, em especial os fornecedores da terra e desesperava-se por exemplo, por um simples saco de cimento. Frisou que apesar do Executivo CDU ter feito investimento em obras no valor de 4 milhões de euros, conseguiu abater à dívida quase 3 milhões de euros e os números aí o estão para o demonstrar. Reconheceu que a situação não é fácil, mas que a CDU está empenhada em trilhar o seu caminho, prosseguir com o cumprimento dos objetivos consagrados no PSF. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro enalteceu o esforço do seu colega de bancada, Mário Santiago pelo tempo despendido para fazer a apresentação gráfica que aqui mostrou hoje e lamentou que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal não o tenha

5/13

deixado concluir o seu trabalho. Disse concordar com o deputado João Osório, quando diz que os números são o que são, mas lembrou que nem sempre os ROC estão de acordo com os números apresentados nos Relatórios e nas Contas. Finalizou mostrando alguma preocupação com o facto do avolumar dos números da dívida de curto prazo a fornecedores. -----

----- A Sr. Deputada Fernanda Garnel perguntou qual o montante da dívida à ADSE e que tipo de dívida é que existia. -----

----- O Sr. Deputado Marco Silva lamentou que o deputado Mário Santiago tenha vindo falar do aumento do passivo, mas não tenha referido o aumento do ativo, que neste momento supera o passivo em cerca de 30 milhões de euros. Lamentou que se façam declarações habilidosas com os números e pensa que o que se mostrou aqui não corresponde à verdade. -----

----- O Sr. Deputado Miguel Sá Pereira disse que nem todos têm a característica de saber lidar com os números, daí que seja precisa alguma destreza para saber destrinçar o que está bem e o que está mal. Considerou que algumas questões que colocou, são apenas dúvidas e não se trata de pôr em causa a lealdade ou honestidade das pessoas. Referiu-se também ao valor da dívida à ADSE e se ela era toda do tempo da gestão PS e interrogou-se sobre o que teria acontecido, se o PSF não tivesse sido aprovado. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago disse ao sr. Presidente da Assembleia Municipal que não gostou da forma abrupta como foi interrompido na sua primeira intervenção, porque estava precisamente a cumprir com os objetivos traçados pelo Sr. Presidente da Câmara quando pediu o agendamento desta reunião extraordinária. Em relação ao que foi dito pelo deputado Marco Silva disse que falou sim do ativo e que muito mais tinha para dizer se não fosse interrompida abruptamente a sua intervenção. Finalizou dizendo que embora uma câmara municipal não seja uma empresa não podem ser escamoteadas questões tão importantes como o endividamento, o passivo e o ativo. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Osório voltou a intervir para dizer que o Executivo da CDU tem feito um excelente trabalho e que se a CDU não tivesse ganho as eleições em 1999, talvez o concelho de Alpiarça já nem existisse e ainda bem que a CDU ganhou, porque apesar de todas as dificuldades, tem feito uma gestão cuidada e cuidadosa e está prestes a atingir a redução de 25% da dívida de médio prazo. Frisou que alguns deputados escusavam de se rir do que estava a dizer, porque o que disse era a sério e

lamentou que algumas pessoas não se saibam comportar como eleitos, não saibam ocupar com dignidade os lugares para que foram eleitos e não saibam respeitar este Órgão e como tal deviam aproveitar os fins de semana e irem para a Associação Palhaço, para animarem as criancinhas que estão nos hospitais, rematando que o barrete seria para quem o quisesse enfiar. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal em resposta aos senhores deputados Paulo Sardinheiro e Mário Santiago, que o acusaram de ter interrompido abruptamente a intervenção deste, disse que tem uma reunião para dirigir e um regimento para cumprir. Frisou que cada deputado tem cinco minutos para intervir e que concedeu ao senhor deputado dez minutos e que portanto da próxima vez lhe concederá apenas o tempo permitido, porque está convicto que as críticas seriam as mesmas. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara procurando responder às questões solicitadas disse que após este debate, parece não restarem dúvidas de que efetivamente o Executivo de maioria CDU abateu quase 3 milhões de euros à dívida, em relação à situação apurada à data de 31 de Dezembro de 2009 e realizou obra, mais obra do que a realizada no último mandato da gestão PS. Em relação ao Passivo disse estar na posse da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, (Lei das Finanças Locais) que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais e que a Lei em lado nenhum faz referência ao passivo, nem os Governos Centrais contabilisticamente apresentam resultados para o ativo e para o passivo. O objetivo aqui da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT) ao falar de ativos e passivos é mistificar a situação financeira do município de Alpiarça e fazer crer que as coisas estão muito pior do que a realidade e o Executivo de maioria CDU não pode deixar que isso aconteça, daí a necessidade deste debate. Quanto ao facto das dívidas de curto prazo terem atingido o seu máximo em 2010, disse que é um facto, a Câmara de Alpiarça não tinha como pagar a ninguém, daí que tenha recorrido ao Plano de Saneamento Financeiro para poder pagar a quem devia. Referiu que a Câmara de Alpiarça tem um serviço de dívida de um milhão e trezentos mil euros por ano e que outros municípios nossos vizinhos, com quatro vezes mais capacidade do que nós de gerarem receita, têm serviços de dívida de 400.000 euros, logo, boa parte das receitas que deveriam ser destinadas a investimento são destinadas a despesas de funcionamento. O próprio Quadro Comunitário de Apoio continua sem entrar em funcionamento e sem possibilidade de gerar receitas. Acrescentou que o prazo

médio de pagamento de dívida a fornecedores da câmara de Alpiarça em 2009 era de 240 dias, e que em 2014 era de 53 dias, mas que é compreensível que o pagamento do serviço da dívida possa fazer dilatar o prazo de pagamento a fornecedores. Quanto à dívida que a CDU deixou ao PS em 1997, já foi explicado à exaustão que a dívida era constituída sobretudo por um empréstimo não pago ao Fundo de Fomento de Habitação, que transitou para a Caixa Geral de Depósitos que o onerou com moras altíssimas e que no início de 1998, após conclusão de uma negociação feita pelo Executivo PS que já vinha a ser feita pelo Executivo da CDU e por outros executivos de outras câmaras do país, que não concordavam com as moras, essa dívida foi abatida em 500.000 contos (2,5 milhões de euros) restando uma dívida de longo prazo quase irrisória e esses movimentos contabilísticos podem ser todos analisados no Relatório e Contas de 1998. Sobre a questão de onde vem o dinheiro que serve para pagar a dívida, é um facto que ele vem das receitas da câmara, e com a tal gestão cuidada e cuidadosa, diminuindo despesas aqui e ali, vão-se arranjo verbas que já somaram quase 3 milhões de euros. Quanto à dívida à ADSE era uma dívida que vinha sendo acumulada e não era inteiramente da responsabilidade da gestão PS e respeitava a faturas emitidas pela própria ADSE, de atos clínicos, porque as câmaras municipais pagam integralmente todas as despesas de saúde dos seus funcionários e familiares que têm este subsistema de saúde e a ADSE começou a cortar a todos os municípios devedores, 10% nas transferências que vinham mensalmente do OGE. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos finalizou dizendo que o que tem para dizer pode não ter interesse para muitas pessoas, mas que não foi ele nem o Executivo que trouxe para aqui a conversa dos Passivos e dos Ativos e já tinha dito que em lado nenhum da Lei das Finanças Locais se fala na obrigatoriedade de incluir estes itens na sua contabilidade, nem as Instituições governamentais, centrais e regionais o fazem. O que não se pode é passar a ideia que a dívida da Câmara corresponde ao seu Passivo. O que está demonstrado e referido nas contas da câmara é que a parte dos proveitos diferidos no passivo da câmara, ó acumular de todas as participações de todas as obras que nunca foram refletidas ao longo dos anos nas respetivas rubricas dos investimentos que foram feitos e começou a ser feito em 2014, irá ser feito em 2015 e assim sucessivamente de forma a normalizar essa evidência contabilística e mais nada. -----



----- **Conclusão do Ponto:** Não havendo matéria para votação e prestados os necessários esclarecimentos o ponto foi dado como concluído. -----

----- **Ponto 2** - Apreciação da evolução da situação económico-financeira da Agroalpiarça CIPRL. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez o enquadramento deste ponto, passando a informar que a AgroAlpiarça CIPRL é uma cooperativa agrícola participada a 99,8% pelo Município de Alpiarça. Surgiu em 1988 na sequência do processo de liquidação da Reforma Agrária, garantindo a exploração agrícola de diversos terrenos, a manutenção de postos de trabalho e a salvaguarda da produção local. Constituindo-se como uma entidade com personalidade jurídica própria, com os seus órgãos sociais eleitos democraticamente, o facto da posição do Município ser determinante na definição da Direção e na consequente orientação da cooperativa leva a que na sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, hoje realizada no passado, o executivo camarário apresente dados sobre a evolução da situação económico-financeira da AgroAlpiarça, desde a sua origem em 1988 até ao fecho das contas do último ano económico (2014). Disse ainda que a atividade agrícola está dependente de inúmeros fatores, dificilmente controláveis, bem como ainda de medidas objetivas de destruição da agricultura portuguesa tomadas pelos últimos Governos, obedecendo cegamente aos interesses das grandes potências da UE. A própria lei tem vindo a colocar enormes limitações ao sector empresarial local (em que se insere a AgroAlpiarça CIPRL). No entanto, apesar desta difícil realidade, a estratégia municipal —vertida na orientação dos órgãos sociais da cooperativa — é a de continuar o processo de recuperação económico-financeira da AgroAlpiarça CIPRL, ao serviço da produção e do desenvolvimento económico local, da região e do País. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos na continuação da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse que a atual situação da AgroAlpiarça CIPRL é de franca recuperação, por ação dos órgãos sociais, a partir de 2009. Desde 2009, a AgroAlpiarça CIPRL apresenta resultados líquidos acumulados positivos (lucros) no valor de 140.539,00 euros. Desde a sua entrada em funcionamento, em 1988, e o ano de 1997, a AgroAlpiarça CIPRL apresentou resultados líquidos acumulados positivos (lucros) no valor de 71.770,00 euros, num período de arranque e da necessidade de grandes investimentos. Entre os

9/13

anos de 1998 e 2009, a AgroAlpiarça CIPRL apresentou resultados líquidos acumulados (prejuízos) no valor de -646.333,00 euros, registando ainda neste período a venda de todas as suas propriedades, que entretanto tinha vindo a adquirir. Concluiu a sua intervenção, dizendo que apesar dos capitais próprios se manterem negativos, é suposto que os capitais próprios já este ano passem a ser positivos e que as dívidas a fornecedores e as dívidas à banca têm vindo a diminuir. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho disse registar com agrado a divulgação das contas da Agroalpiarça, lamentando que a mesma não tenha sido feita de uma forma mais completa, dado que os gráficos apresentados não demonstram todas variáveis que interferiram na gestão desta cooperativa ao longo dos anos. Ao que o Sr. Presidente da Câmara respondeu que toda a documentação que deu origem aos gráficos pode ser facultada aos senhores deputados. -----

----- O Sr. Deputado Paulo Sardinheiro congratulou-se por finalmente a Câmara Municipal divulgar as contas da Agroalpiarça. Colocou algumas dúvidas sobre o Relatório e Contas da Agroalpiarça respeitante a 2014, na qual se registou uma resultado negativo de 47.600 euros, referiu que temos um problema de sustentabilidade da cooperativa nos termos da Lei 50/2012 e que o subarrendamento agrícola está acautelado e gostaria de saber se estamos numa situação legal ou ilegal. Continuamos sem conhecer a lista de arrendatários, sem conhecer os contratos de arrendamento, durabilidade, rendas etc. Relativamente aos dados de 2014 as vendas caíram 25% e depois todas as despesas aumentaram entrando em contra-ciclo com a diminuição das vendas. Finalizou pedindo mais alguns esclarecimentos contabilísticos sobre a cooperativa. -----

----- O Sr. Deputado Mário Santiago disse que a Agroalpiarça não é a Câmara, é uma empresa e que o gráfico apresentado sobre a evolução histórica, sem explicar as variações ao longo dos anos, constitui um mau exercício académico. Indagou o Executivo sobre o futuro desta Cooperativa que está em falência técnica há muitos anos. Disse não saber se estão a ser debitadas rendas à Agroalpiarça, nem se a Agroalpiarça está a receber rendas dos arrendatários. Sabe que a Agroalpiarça deve à Câmara de Alpiarça cerca de 400.000 euros e que provavelmente não vai pagar. Finalizou dizendo que há um conjunto de respostas a perguntas feitas pelo Sr. Vereador Francisco Cunha que continuam por ser dadas, não sabe porquê, porque quem não deve não teme. -----

----- O Sr. Deputado João Pedro Osório congratulou o Executivo CDU por trazer a este Órgão a situação económico-financeira da Agroalpiarça. Afirmou que durante muitos anos, quando eram Executivos PS que geriam a AgroAlpiarça, a AgroAlpiarça acumulou prejuízos durante anos e anos e vendeu todo o seu património, que outros tinham adquirido anteriormente. A CDU que era oposição, chamou várias vezes a atenção para a má gestão que estava a ser seguida, mas essas chamadas de atenção eram desvalorizadas, porque a CDU era considerada como o arauto da desgraça e os senhores que estavam a gerir é que sabiam o que faziam. Na altura quem tinha poderes para fiscalizar não fiscalizou e durante esse período as rendas que foram pagas à câmara, só o foram porque foi vendida uma propriedade. E a gestão CDU que herdou uma empresa tecnicamente falida, que a está a recuperar uma Cooperativa que só acumulava prejuízos, é criticada precisamente por aqueles que a ajudaram a afundar. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara começou por dizer que apresentação que aqui foi feita, não é um exercício académico, mas do ponto de vista político é bastante elucidativa e objetiva e demonstra claramente a situação atual da Agroalpiarça, relativamente às questões mais pontuais, deixou as respostas para o Sr. Vereador João Arraiolos. -----

----- O Sr. Vereador João Arraiolos informou que não é novidade para ninguém que o exercício de 2014 da Agroalpiarça foi negativo, até porque o Relatório e Contas desta cooperativa vinha anexo às contas da Câmara Municipal. Referiu que tem havido dificuldade em vender os vinhos, havendo uma grande quantidade de vinho ainda em armazém, que optou por se valorizar contabilisticamente de forma prudente, para não haver o reverso de medalha no exercício seguinte. Quanto aos custos explicou que foi um ano chuvoso que implicou um maior número de tratamentos e havendo um aumento de custos de mão de obra e de materiais por se terem metido cerca de 3,5 hectares de vinha. Finalizou dizendo que o grande passivo herdado condiciona toda a atividade da cooperativa e o caminho é a diminuição e anulação do seu passivo. -----

----- **Conclusão do Ponto:** Não havendo matéria para votação e prestados os necessários esclarecimentos o ponto foi dado como concluído. -----

----- **Votação, nos termos regimentais, pela continuidade ou não dos trabalhos da Assembleia por se terem atingido as 00H00.** Aprovado com 10 votos da favor da bancada da CDU-(PCP/PEV) e 6 votos contra das bancadas do PS e do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

11/13

----- **Declarações de voto:** Fernando Ramalho e Mário Santiago declararam que votaram contra em virtude da reunião se estar a realizar em dia de semana que antecede um dia normal de trabalho. -----

----- **Ponto 3** - Apreciação e votação da Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de energia elétrica para instalações alimentadas em btn (baixa tensão normal), bte (baixa tensão especial) e mt (média tensão). -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. -----

----- O Sr. Deputado Fernando Ramalho perguntou porque é que o assunto não foi agendado para uma Assembleia Municipal anterior, evitando-se assim a realização desta assembleia extraordinária. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara informou que há cinco câmaras, entre as quais a de Almeirim e de Alpiarça, que pelos montantes envolvidos têm de trazer o assunto à aprovação das respetivas Assembleias Municipais e tal como nós também tivemos de fazer sessões extraordinárias. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria, com 13 votos a favor das bancadas da CDU-(PCP/PEV) e do Partido Socialista-(PS) e 3 abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **Ponto 4** - Apreciação e votação da Proposta para a emissão de autorização prévia para assunção de compromisso plurianual e autorização para abertura de procedimento com a aquisição de combustíveis rodoviários e lubrificantes. -----

----- **Intervenções:** -----

----- O Sr. Presidente da Câmara fez a apresentação do ponto. -----

----- **Votação do Ponto:** Aprovado por maioria, com 13 votos a favor das bancadas da CDU-(PCP/PEV) e do Partido Socialista-(PS) e 3 abstenções da bancada do Todos Por Alpiarça-(PPD/PSD-MPT). -----

----- **2.º PERÍODO DO PÚBLICO** -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao primeiro período de intervenção do público, começando por dar a palavra ao munícipe senhor Eduardo Costa que se inscreveu para falar sobre o IMI, o senhor munícipe começou por dizer que já ouviu aqui falar hoje de lealdade institucional, já ouviu falar aqui hoje também

12/13

de posições enviesadas e alguém referiu aqui também hoje que há aqui quem faça papel de palhaços e por isso tem dificuldade em aceitar e qualificar o que o Sr. Presidente da Câmara disse sobre o IMI, quando afirmou que “graças ao atual Executivo os munícipes de Alpiarça pagam o IMI à Taxa Mínima”, disse julgar que esta afirmação não corresponde à verdade, porquanto há um artigo da autoria do Sr. Presidente da Câmara em que referia que o IMI assim como outros impostos deveriam ser aprovados pela Taxa Máxima. Considerou que este artigo foi uma espécie de preparação dos munícipes para que viessem a pagar a taxa máxima, mas que graças ao então Presidente da Assembleia Municipal, o senhor deputado Mário Santiago, o IMI viria a ser cobrado pela taxa mínima de 0,3% e que importava repor a verdade histórica. -----

----- O sr. Presidente da Assembleia Municipal disse que objetivamente o Senhor Presidente da Câmara afirmou que a Taxa de IMI no Município de Alpiarça, na Gestão CDU é a taxa mínima. -----

-----O Sr. Presidente da Câmara afirmou que o senhor munícipe Eduardo Costa é uma pessoa bastante modesta e que devia começar a assumir que é o grande teórico deste movimento supostamente independente. O Sr. Presidente da Câmara disse estar convencido que o munícipe é o autor objetivo da grande maioria da documentação, do trabalho, da investigação, das análises, da perspetiva ideológica que coloca na documentação que aqui vem pela mão de outras pessoas à Câmara e à Assembleia Municipais. Quanto ao IMI disse que objetivamente é com a gestão de maioria CDU que os munícipes de Alpiarça, pagam a taxa mínima de IMI, em prejuízo do orçamento municipal de algumas centenas de milhares de euros. -----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

----- Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia Municipal, eram zero horas e doze minutos, da qual, para constar e para efeitos de execução imediata, se lavrou minuta da presente ata, que foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia. -----

Presidente \_\_\_\_\_

1º Secretário \_\_\_\_\_

2º Secretário \_\_\_\_\_